



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7106 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

ACOMPANHAMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO E MATERIAIS ESPECÍFICOS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM FEIRA DE SANTANA-BA

Livia Jessica Messias de Almeida - UFS - Universidade Federal de Sergipe

Leyla Menezes de Santana - UNIT - Universidade Tiradentes

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

ACOMPANHAMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO E MATERIAIS ESPECÍFICOS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM FEIRA DE SANTANA-BA

1 INTRODUÇÃO

O presente texto discute a avaliação dos professores sobre as ações de acompanhamento didático-pedagógico e a distribuição de materiais específicos para educação das relações étnico-raciais estruturadas pelas gestões municipais de Feira de Santana, na Bahia, no período de 2006-2016. Os dados apresentados nesta produção compõem um recorte das análises produzidas em uma pesquisa doutoral que analisou diversos eixos das políticas públicas de educação das relações étnico-raciais desenvolvidas na referida cidade. Entretanto, devido ao escopo deste artigo, selecionamos para apresentação os dados gerais sobre os eixos: acompanhamento didático-pedagógico e a distribuição de materiais específicos.

Nesse sentido, a pesquisa de cunho qualitativo utilizou como técnica a aplicação do questionário para uma amostra não-probabilística e intencional de 36 escolas públicas da Rede Pública Municipal de Educação de Feira de Santana, abrangendo regentes, gestores(as) e coordenadores(as). Essa amostra contemplou escolas em suas mais variadas etapas e modalidades de ensino, sendo distribuídos 179 questionários, com retorno de 91 questionários respondidos. O instrumento era composto de três partes: a primeira, correspondeu a informações pessoais e caracterização profissional; a segunda, possuía seis questões elaboradas a partir de proposições conforme Escala Likert; a terceira, composta por duas questões abertas/subjetivas para que pudessem se expressar livremente. Na análise dos dados, contamos com o auxílio do *software Microsoft Excel* para tabulação das questões objetivas e

do *software Nvivo Pro* para separação por “nós” das questões subjetivas, além disso, para o tratamento das respostas utilizamos as bases metodológicas da Análise do Conteúdo.

Assim, as análises apresentadas se fundamentaram nas discussões teóricas contemporâneas dos campos das relações étnico-raciais, entrelaçando os conceitos de currículo e educação das relações étnico-raciais; e nas publicações legais da Lei nº 10.639//03, Lei nº 11.645/08, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (DCNERER), Plano Nacional de Educação e o Plano Municipal de Educação de Feira de Santana, para dialogar com os dados coletados e produzidos.

2 QUEM SÃO OS(AS) SUJEITOS(AS) DA PESQUISA?

A pesquisa contou com a participação de 91 professores(as) da Rede Pública Municipal de Educação de Feira de Santana que atuavam nas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de abarcar aqueles(as) que estavam em cargos de gestão das escolas pesquisadas.

De acordo com os dados coletados, evidenciamos que a maioria dos(as) professores(as) participantes da pesquisa é mulher (82,5%), negra (88%) e está distribuída numa heterogeneidade de faixas etárias que variam dentre “31 a 40 anos” (34%) e de “41 a 50 anos” (30%). Além disso, podemos afirmar que a maioria atua em escolas da zona urbana, contabilizando um percentual de 54,9%, em comparação com 42,8% dos(as) professores(as) que atuam na zona rural. Do total de professores(as), evidenciamos que 48,3% leciona no Ensino Fundamental Anos Iniciais, sendo os outros(as) sujeitos(as) distribuídos(as) entre Educação Infantil com 18,6%, Ensino Fundamental Anos Finais com 15,3%, EJA com 5,4%, múltiplas modalidades com 7% e não responderam/outros com 4,4%.

Questionamos aos(as) professores(as) sobre quantidade de anos que trabalha na docência e verificamos que a maioria possui de “10 a 15 anos” de trabalho na profissão, perfazendo 19,7% do total, entretanto cabe demonstrar que houve pouca diferença percentual se comparado com os(as) sujeitos(as) das categorias de “1 a 5 anos” com 16,4%, “5 a 10 anos” com 14,2%, “15 a 20 anos” com 15,2%, evidenciando uma marcante heterogeneidade na categoria de anos de trabalho. No que se refere a carga horária de serviço, existe uma predominância daqueles(as) que trabalham 40 horas semanais, contabilizando 75,8% do total, em comparação com aqueles(as) que trabalham 20 horas (16,4%) ou 60 horas (6,5%). Além disso, ressaltamos que a formação em nível superior não parece ser para esses(as) pesquisados(as) um problema crítico, pois a maioria possui especialização perfazendo 65,9% do total, e os outros(as) possuem graduação completa com 18,6%, graduação incompleta 7,6% e mestrado 5%.

Portanto, traçamos o seguinte perfil dos(as) sujeitos(as) que responderam ao questionário desta pesquisa, considerando apenas as maiorias evidenciadas nos dados: são mulheres negras, com título de especialista, que trabalham 40 horas semanais, na etapa de Ensino Fundamental Anos Iniciais, possuem entre 30 a 40 anos de idade e tem entre 10 a 15 anos de trabalho como docente.

3. ACOMPANHAMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO E MATERIAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

O acompanhamento didático-pedagógico e os materiais específicos para educação das relações étnico-raciais se tornaram eixos analíticos de investigação por serem fatores fundamentais para implementação das leis federais nº 10.639/08 e nº 11.645/08. Desse modo, para abarcar os eixos em análise, construímos oito proposições avaliadas numa escala de 1 a 5, essas proposições foram analisadas pelos(as) professores(as) e atribuídos valores de acordo com as suas avaliações sobre as ações oferecidas pelas gestões da Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana, assim, calculamos os seguintes valores gerais apresentados na tabela 01:

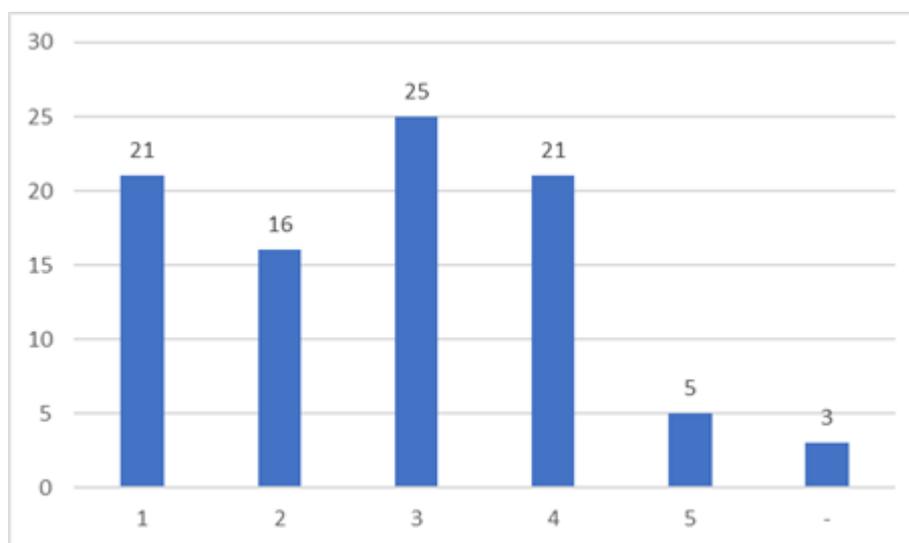
Tabela 01 - Dados gerais dos eixos de acompanhamento técnico-pedagógico e materiais específicos para a educação das relações étnico-raciais.

	Média	Mediana	Moda	Desvio-padrão
a) O órgão público municipal acompanha a escola na construção de projetos específicos.	2,05	2,00	1	1,06
b) Possui acesso ao órgão municipal de educação das relações étnico-raciais para consultas.	2,69	3,00	3	1,24
c) Apoia a construção de material específico para o trabalho em sala de aula.	2,46	2,00	1	1,20
d) Distribui materiais específicos para a formação individual.	2,02	2,00	1	1,01
e) Distribui materiais específicos para a formação coletiva.	2,09	2,00	2	1,05
f) Distribui materiais didáticos: livros didáticos, audiovisuais, jogos, brinquedos, instrumentos etc.	2,49	2,00	1	1,21
g) Distribui livros literários.	2,63	3,00	4	1,27
h) Distribui materiais paradidáticos.	2,51	2,00	1	1,25

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 01 observamos que na proposição “a”, referente ao acompanhamento das escolas na construção de projetos específicos, na proposição “b”, referente ao acesso ao órgão municipal para consultas, e na proposição “c”, referente ao apoio na construção de material específico, contabilizamos baixas médias de 2,05, 2,69 e 2,46, respectivamente. Além disso, as proposições “a” e “c” apresentaram baixas medianas de 2, equivalente a opção “Discordo”, e modas de 1, equivalente a opção “Discordo totalmente”, ligeiramente diferente do que ocorre com a proposição “b”, em que sua mediana contabilizou 3, e a moda de 3, equivalente a opção “Indeciso”. Devido ao índice de moda dessa proposição ser o ponto neutro da escala, decidimos demonstrar essas respostas no gráfico 01 para uma visualização mais objetiva:

Gráfico 01 – Distribuição geral dos valores da proposição “b”



Fonte: Dados da pesquisa

No gráfico 01 visualizamos que o número de sujeitos(as) que optaram pela opção 1 e 2, equivalentes a “Discordo Totalmente” e “Discordo”, somaram uma maioria de 34 em comparação com 26 de sujeitos(as) optaram por “Concordo” ou “Concordo Totalmente”. Ainda ressaltamos o alto número de 21 sujeitos(as) que optaram por “Discordo Totalmente”, afirmando não perceberem a aplicação dessa ação. Esses dados indicam uma insuficiência na aplicação da ação de disponibilizar o acesso ao órgão municipal de educação das relações étnico-raciais para consultas.

Além disso, observamos desvios-padrões elevados em todas as proposições, sendo na proposição “a” 1,06, na proposição “b” 1,24 e na proposição “c” 1,20, induzindo a compreender que alguns(mas) professores(as) atribuíram valores equivalentes a concordância, com vistas a indicar que esse acompanhamento aconteceu em alguma escola pesquisada. Por isso, não afirmamos uma ausência dessas ações nas proposições de “a” até “c”, mas graves insuficiências em suas execuções por não abranger maioria dos(as) professores(as) e, conseqüentemente, de suas escolas no acompanhamento para realização de projetos específicos, no acesso a consultas e na distribuição de materiais para formação individual.

A importância dessas ações e a ineficiência de suas efetivações pela secretaria municipal de educação conduziu diversos(as) professores(as) a enfatizarem sugestões nas questões subjetivas do questionário, pois acreditam que são indispensáveis na garantia da educação das relações étnico-raciais, conforme destacamos nas respostas:

Acompanhar a escola na construção de projetos específicos; construção de materiais específicos para a sala de aula (Q. 37) (grifo nosso).

Formação continuada para todos os professores; construção de material específico sobre a temática e voltado para realidade local [...] (Q.16) (grifo nosso).

Curso de formação de professores; material de estudo (livros, vídeos etc.) para a formação de professores envolvidos (Q. 6) (grifo nosso).

As demandas anunciadas pelos(as) professores(as) também compõem a Meta 21, específica para educação das relações étnico-raciais, do Plano Municipal de Educação de Feira de Santana, prevendo, em uma de suas estratégias, que o sistema de ensino deverá prover “[...]a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem a identidade cultural das comunidades citadas, observando os documentos orientadores para cada grupo étnico” (FEIRA DE SANTANA, 2016, p. 158). Essa meta e estratégia estão em diálogo com Plano Nacional de Educação (2014-2024) e com o Plano Estadual de Educação da Bahia (2016-2026) fundamentados nas determinações da Lei nº 10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira e Africana; e Lei nº 11.645/08, que altera a LDB já modificada pela Lei nº 10.639/03, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Situações semelhantes às analisadas nas proposições anteriores acontecem com as proposições “d”, referente à distribuição de material específico para formação individual, e na proposição “e”, referente à distribuição de material específico para formação coletiva, contabilizando baixas médias de 2,02 e 2,09, sendo os valores das medianas 2 e os valores de moda 2 e 1, respectivamente. Mesmo com esses baixos valores, não arriscamos uma ausência dessa política devido aos consideráveis índices de dispersão das respostas de 1,01 e 1,05 indicando que alguns(mas) professores(as) foram abarcados(as) por essas ações, entretanto afirmamos uma grave insuficiência na distribuição de materiais específicos para a formação do(a) professor(a), tanto individual quanto coletivo. A relevância da distribuição desses materiais foi mencionada pelos(as) professores(as) nas questões subjetivas do questionário:

Penso ser importante o levantamento bibliográfico que contemple aportes teóricos para orientação do trabalho dos professores [...] (Q.73) (grifo nosso).

Formação para os professores com criação de ambientes virtuais que disponibilizem materiais relacionados ao tema, divulgação das ações realizadas (Q.63) (grifo nosso).

A produção e distribuição de materiais que auxiliem nas formações coletivas e individuais dos(as) professores(as) são ações imprescindíveis para contribuir no processo de construção da consciência política e histórica da diversidade, oferecendo fundamentos para práticas curriculares plurais, diversas e de respeito às diferenças. Por isso, este critério é considerado nas DCNERER:

Introdução, nos cursos de formação de professores e de outros profissionais da educação: [...]de materiais e de textos didáticos, na perspectiva da reeducação das relações étnico-raciais e do ensino e aprendizagem da História e Cultura dos Afro-brasileiros e dos Africanos (BRASIL, 2004, p. 23).

Essas orientações rechaçam a ideia da cultura escolar dominante em nossas instituições educativas, que segundo Candau (2011), é construída fundamentalmente a partir

da matriz político-social e epistemológica da modernidade, prioriza o comum, o uniforme, o homogêneo, considerados como elementos constitutivos do universal, nesta ótica as diferenças são ignoradas ou consideradas um “problema” a resolver.

No que se refere as proposições “f”, referente à distribuição de materiais didáticos, “g”, referente distribuição de livros literários, e “h”, referente à distribuição de materiais paradidáticos, contabilizando baixas médias de 2,46, 2,63 e 2,51, com medianas de 2, 3 e 2, sendo as modas de 1, 4 e 1, contabilizando altos desvios-padrões de 1,21, 1,27 e 1,25, respectivamente. Esses dados apontam que existe uma insuficiência no oferecimento na distribuição dos materiais descritos nas escolas pesquisadas, entretanto, afirmamos que essa insuficiência é menor quando se trata dos livros literários já que os dados indicaram uma parcela significativa das escolas contempladas com a distribuição desses materiais. Os altos índices de dispersão das respostas conduzem a pensar que essas ações de distribuição, mesmo com uma elevação dos índices relativos aos livros literários, não abrangeram todas as escolas, tanto que essas proposições se configuraram como uma das principais sugestões dos(as) professores(as):

*Formações específicas com temáticas específicas; vivências práticas nas escolas; **disponibilização de material didático para consulta e uso com as crianças.** (Q. 81) (grifo nosso).*

*Formações mais aprofundadas para o professor; **material específico para ser trabalhados sobre o tema nas escolas** (Q. 47) (grifo nosso).*

*Uma das principais atribuições da rede pública municipal de ensino é incentivar as escolas com formação de professores, **distribuir materiais didáticos e paradidáticos, que atendam as demandas da lei 10.639** (Q. 48) (grifo nosso).*

*A políticas para o trabalho com as relações étnico-raciais nas escolas do meu município é um pouco falha, pois não há formações **e materiais que auxiliem no trabalho pedagógico** (Q.32) (grifo nosso).*

*Acredito que a primeira ação seja a formação do professor. Informar o professor para ele transmitir o que aprende; **segundo viabilizar os recursos necessários, tanto para a formação como para a aplicação em sala de aula** (Q. 65) (grifo nosso).*

Como foi possível observar nos discursos e nas notas atribuídas pelos(os) professores(as) a secretaria municipal de educação ainda está distante do cumprimento das orientações que compõem as DCNERER, que estabelecem o seguinte direcionamento: caberá, aos administradores dos sistemas de ensino e das mantenedoras prover as escolas, seus professores e alunos de material bibliográfico e de outros materiais didáticos, além de acompanhar os trabalhos desenvolvidos, a fim de evitar que questões tão complexas, pouco tratadas, tanto na formação inicial como continuada de professores, sejam abordadas de maneira resumida, incompleta, com erros. (BRASIL, 2004).

A falta de acompanhamento didático-pedagógico e de materiais específicos para o desenvolvimento de ações para educação das relações étnico-raciais contribuem para a exclusão e a cristalização de estereótipos que reforçam o racismo, o preconceito e a discriminação raciais. Visto que, concordamos com Moreira e Candau (2007) quando afirma

que o currículo escolar está estruturado a partir de uma perspectiva que silencia as vozes de muitos indivíduos e grupos sociais e classificam-se seus saberes como indignos de entrarem na sala de aula e de serem ensinados e aprendidos, assim, reforçam-se as relações de poder favoráveis à manutenção das desigualdades e das diferenças que caracterizam nossa estrutura social.

Portanto, constatamos, a partir das questões subjetivas e dos valores indicados pelos(as) professores(as) nas respostas do questionário, os eixos contabilizaram índices de média, mediana e moda majoritariamente baixos, indicando que a maioria das ações, foram insuficientes para abarcar as necessidades de acompanhamento didático-pedagógico e de materiais específicos das escolas pesquisadas, demonstrando que grande parte das ações, colocadas em formas de proposições, acontecem de forma pontual e não alcança todas as escolas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acompanhamento didático-pedagógico e a distribuição de materiais específicos para o trabalho com a educação das relações étnico-raciais tratam-se de ações educativas indispensáveis no combate ao racismo e as discriminações que devem ser realizadas pelos sistemas de ensino. Entretanto, apesar de serem fatores importantes para transformação curricular das escolas no desenvolvimento de uma educação antirracista, ainda não se trata com prioridade nas gestões municipais de Feira de Santana as ações básicas de: realização de práticas de acompanhamento das escolas na construção de projetos específicos, acesso ao órgão municipal de educação das relações étnico-raciais para consultas, apoio na construção de material específico para o trabalho em sala de aula, distribuição de materiais específicos para formação individual e coletiva dos professores, e de distribuição de materiais didáticos.

Assim, diante das análises realizadas, afirmamos que as ações desenvolvidas pelas gestões são insuficientes para a implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 e suas diretrizes específicas, por não abranger a maioria dos(as) professores(as) e de suas escolas, apontando para uma ausência de vontade política e minimização da questão racial no desenvolvimentos das políticas educacionais no município.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm > Acesso em 31 de Ago 2020.

BRASIL. **Parecer 003/2004** - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Relatora: Profª. Dra. Petronilha B. Gonçalves e Silva. Brasília, DF: MEC CNE/CP. 10 de mar. de 2004.

BRASIL. **Lei da obrigatoriedade da temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena:** Lei nº 11.645/08, Brasília. 2008. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html> > Acesso em 11 de ago 2020.

CANDAU, V. M. **A diferença está no chão da escola**. .In: Anais IV Colóquio Luso-brasileiro sobre Questões curriculares e VIII Colóquio sobre Questões Curriculares. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

FEIRA DE SANTANA. **Plano Municipal de Educação**. Lei nº 3.651 de dezembro 2016 (2016-2026). Disponível em <https://leismunicipais.com.br/camara/ba/feira-de-santana?o=&q=n%C2%BA+2.+848> Acesso em 06 de jun 2018.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade cultural, currículo e questão racial: desafios para a prática pedagógica. In: ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção; SILVÉRIO, Valter Roberto (Org.). **Educação como prática da diferença**. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2013.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões**. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Currículo, conhecimento e cultura. In: BEAUCHAMP, Janete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2007.